



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL

Nº55 /2015

José Manuel Velhinho Amarelinho, Presidente da Câmara Municipal de Aljezur,

Torna público que:

Em cumprimento do estipulado no artigo 56º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que a Câmara Municipal, em sua Reunião Ordinária realizada no dia vinte e três de junho de 2015, na sala de Sessões dos Paços do Município, tomou as seguintes deliberações: -----

Deliberações Tomadas

Substituição nos termos do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de janeiro: - O membro Hélder Manuel da Ponte Cabrita substituiu o Vereador Vitor Manuel da Encarnação Vicente, nos termos do número dois, do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, porquanto o número dois da lista candidata do PSD, Ana Maria Ferreira Santos, não poder participar na reunião por se encontrar ausente. -----

Aprovação de atas: -----
Reunião ordinária de nove de junho de dois mil e quinze: - Depois de ter sido lida, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária de nove de junho de dois mil e quinze. -----

Não participaram na deliberação de aprovação da ata, o Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Velhinho Amarelinho e o Senhor Vereador Hélder Manuel da Ponte Cabrita, por não terem estado presentes na referida reunião. -----

I - Período Antes da Ordem do Dia

Ponto Um - Assuntos gerais de interesse do Município: - O Senhor Vereador Hélder Cabrita observou acerca da problemática do surf versus banhistas nas praias do nosso Município. ----
O Senhor Presidente acompanhou a reflexão suscitada dando conta das iniciativas tomadas anualmente, no sentido de alertar os organismos com jurisdição nas praias para a salutar convivência entre banhistas e escolas de surf, realidade complexa e que enferma essencialmente falta de fiscalização. -----

Ponto Dois - Informações do Senhor Presidente da Câmara: -----
- A Câmara tomou conhecimento dos Despachos números dez, onze, doze, treze e catorze, datados de catorze de maio e, número dezassete, datado de dezassete de maio do corrente ano, através dos quais o Senhor Presidente da Câmara subdelegou e delegou competências nos Senhores Vereadores José Gonçalves, Fátima Neto e António Carvalho, assim como nos Dirigentes das respetivas unidades orgânicas do Município de Aljezur. -----

II - Gestão Financeira, Administração Geral e Recursos Humanos



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

Ponto Um - Gestão Financeira:-----

Um ponto Um - Resumo diário da Tesouraria: - Foi apresentado o Resumo Diário da Tesouraria do dia vinte e dois de junho de dois mil e quinze, do qual a Câmara tomou conhecimento.-----

Ponto Dois - Administração Geral:-----

Dois ponto Um - Legislação: - Foi apresentada a seguinte legislação, da qual a Câmara tomou conhecimento:-----

Decreto-Lei número oitenta e cinco barra dois mil e quinze, publicado no Diário da República número noventa e oito, Série I, de vinte e um de maio, do Ministério da Agricultura e do Mar, que estabelece o regime Jurídico aplicável aos mercados locais de produtores.-----

Portaria número cento e quarenta e dois barra dois mil e quinze, publicada no Diário da República número noventa e oito, primeira Série, de vinte e um de maio, do Ministério da Agricultura e do Mar, define as espécies cinegéticas às quais é permitido o exercício de caça, fixa os períodos, os processos e outros condicionamentos para as épocas venatórias dois mil e quinze/dois mil e dezasseis a dois mil e dezassete/dois mil e dezoito.-----

acórdão do supremo tribunal administrativo número dois barra dois mil e quinze, publicado no Diário da República número noventa e cinco, primeira Série, de dezoito de maio, do Supremo Tribunal Administrativo, para efeitos de caducidade da isenção de imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) que decorre da conjugação das normas contidas nos artigos sétimo e décimo primeiro, número cinco do CIMT (isenção pela aquisição de prédios para revenda), não importa se o imóvel adquirido é ou não revendido no preciso estado em foi adquirido; o que importa é que não haja uma metamorfose ou alteração substancial do bem que foi adquirido para revenda. Pelo que se o imóvel adquirido é constituído por um terreno com um edifício habitacional já em construção ou remodelação segundo determinado projeto aprovado (seja em toco, seja em adiantada fase de construção/remodelação), a expressão para revenda não exige que o imóvel seja alienado tal como existia no momento da aquisição, admitindo, antes, a possibilidade de realização pelo adquirente de todas as obras necessárias à ultimização dessa construção, por forma a acaba-lo, licencia-lo para o referido destino, constituir a propriedade horizontal e alienar as respetivas frações autónomas. -----

Decreto-Lei número oitenta barra dois mil e quinze, publicado no Diário da República número noventa e três, Série I, de catorze de maio, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei trezentos e oitenta barra noventa e nove, de vinte e dois de setembro.-----

Decreto-Lei número setenta e dois barra dois mil e quinze, publicado no Diário da República número noventa, Série I, de onze de maio, da Presidência do Conselho de Ministros, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei número sete barra dois mil e três, de quinze de janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa.-----

Decreto-Lei número setenta e três barra dois mil e quinze, publicado no Diário da República número noventa, Série I, de onze de maio, do Ministério da Economia, que procede à primeira alteração ao Sistema da Indústria Responsável, aprovado em anexo ao Decreto-Lei número cento e sessenta e nove barra dois mil e doze, de um de agosto.---

Decreto-Lei número setenta e cinco barra dois mil e quinze, publicado no Diário da República número noventa, Série I, de onze de maio, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do território e Energia, que aprova Regime de Licenciamento Único de Ambiente, que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental. -----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

67

Portaria número cento e vinte e três barra dois mil e quinze, publicada no Diário da República número oitenta e seis, primeira Série, de cinco de maio, do Ministério da Defesa Nacional e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de dois mil e quinze.-----

Dois ponto Dois - Correspondência: - Foi apresentada a correspondência a seguir discriminada, da qual a Câmara tomou conhecimento e deliberou como a seguir se indica:--

Dois ponto Dois ponto Um - centro de estudos sociais - laboratório associado - projeto ppágua - divulgação de resultados: - Foi apresentada a carta datada de vinte e nove de maio do corrente ano, enviando resultados relativos ao Projeto de Investigação PPÁgua.-----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Dois - AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve - reunião do conselho intermunicipal realizada no dia oito de junho de dois mil e quinze - informações: - Foram apresentadas as informações relativas à reunião do Conselho Intermunicipal, que teve lugar no passado dia oito de junho. -----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Três - acta - a companhia de teatro do algarve pegada cultural - calendarização: - Foi apresentado o email datado de cinco de junho do corrente ano, enviando as condições gerais e calendarização referente ao Programa Pegada Cultural assim como a declaração de apoio ao referido projeto assinado pelos Presidentes de Câmara aderentes.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a referida declaração de apoio. -----

Dois ponto Dois ponto Quatro - Terras do Infante - Associação de Municípios - envio de cópia da ata número um barra dois mil e quinze, relativa à reunião da assembleia intermunicipal realizada em vinte de abril do corrente ano: - Foi apresentado o ofício circular número três, datado de quatro de junho de dois mil e quinze, enviando cópia da ata número um, referente à reunião da Assembleia Intermunicipal, realizada no passado dia vinte de abril. -

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Cinco - Casa da Criança do Rogil - Funcionamento da Unidade de Longa Duração e Manutenção de Aljezur - Pedido de apoio extraordinário: - Foi apresentado o ofício número cento e dois, datado de oito de junho do corrente ano, solicitando a atribuição de um apoio financeiro extraordinário, no montante de três mil e setenta e nove euros e setenta e oito cêntimos, destinado a fazer face a despesas de tesouraria da Unidade de Longa Duração e Manutenção de Aljezur e referentes ao passado mês de maio.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir o apoio financeiro solicitado, no montante de três mil e setenta e nove euros e setenta e oito cêntimos.-----

Não existindo dotação orçamental para suportar tal despesa, mais foi deliberado, por unanimidade, efetuar a competente alteração orçamental para o efeito.-----

Dois ponto Dois ponto Seis - paróquia da nossa senhora d'Alva - Construção do telhado da Igreja do Rogil - Pedido de apoio financeiro: - Foi apresentada a carta datada de quatro de junho do corrente ano, solicitando a atribuição de um apoio financeiro no montante de trinta mil euros, destinado a fazer face a despesas inerentes à construção da cobertura da primeira fase, da futura Igreja do Rogil. -----

A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores Fátima Neto e Hélder Cabrita, atribuir o subsídio solicitado, no montante de trinta mil euros. -----

Não existindo dotação orçamental para suportar tal despesa, mais foi deliberado, por unanimidade, efetuar a competente alteração orçamental para o efeito.-----

Declaração de voto do Senhor Vereador Hélder Cabrita: -----

O Senhor Vereador Hélder Cabrita disse reconhecer o esforço desenvolvido pela Paróquia e pela população do Rogil, radizando a sua abstenção apenas na ausência de informação detalhada quanto a esta fase de construção e conclusão da mesma. -----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

Dois ponto Dois ponto Sete - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - CONSELHOS DA REGIÃO HIDROGRÁFICA - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES: - Foi apresentado o ofício número quinhentos e cinquenta e oito, datado de dois de junho de dois mil e quinze, procedendo ao envio de listagem dos elementos designados para representação do Conselho de Região Hidrográfica do Algarve. -----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Oito - infraestruturas de portugal - Criação das Infraestruturas de Portugal, SA: - Foi apresentado o ofício número cento e cinquenta, datado de um de junho de dois mil e quinze, enviando informação acerca da criação da Infraestruturas de Portugal, SA, por fusão jurídica da EP com a REFER, com efeitos a um de junho do ano em curso. ----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Nove - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALJEZUR - SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO DA BORDEIRA - PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO: - No âmbito do teor constante na informação número dois mil quinhentos e nove, datada de dois de junho, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento, a Câmara deliberou, por unanimidade, dar continuidade ao Protocolo celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Aljezur, no âmbito do apoio à valência de Serviço de Apoio Domiciliário da Borda, caducado em trinta e um de dezembro de dois mil e catorze, aprovando a minuta do novo protocolo a celebrar com aquela instituição e no mesmo âmbito, cujos documentos, depois de devidamente rubricados, ficam apensos à presente ata e dela fazendo parte integrante.

Dois ponto Dois ponto Dez - banco alimentar contra a fome - Agradecimento: - Foi apresentado o email datado de doze de junho do corrente ano, procedendo ao agradecimento por toda a disponibilidade, ajuda e colaboração em mais uma campanha de recolha de alimentos realizada no Algarve. -----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Onze - Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Apreciações parlamentares aos Decreto-lei noventa e dois barra dois mil e quinze, noventa e três barra dois mil e quinze e noventa e quatro barra dois mil e quinze (criação se sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento: - Foi apresentado o email datado de onze de junho do corrente ano, enviando cópia dos pedidos de apreciação Parlamentar, sobre o Decreto-Lei número noventa e dois barra dois mil e quinze, de vinte e nove de maio, que cria um sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal, o Decreto-Lei número noventa e três barra dois mil e quinze, de vinte e nove de maio, que cria um sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, e do Decreto-Lei número noventa e quatro barra dois mil e quinze, de vinte e nove de maio, cria um sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo. -----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Doze - Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Pergunta ao Governo sobre a imposição pela ANA - Aeroportos de Portugal, de novas regras de acesso no aeroporto de Faro: - Foi apresentado o email datado de cinco de junho do corrente ano, enviando cópia de pergunta efetuada ao Governo sobre a imposição pela ANA - Aeroportos de Portugal, de novas regras de acesso no aeroporto de Faro. -----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Treze - Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Envio de pergunta ao Governo sobre a dinamização da produção e transformação da alfarroba no algarve: - Foi apresentado o email datado de nove de junho do corrente ano, enviando cópia de pergunta efetuada ao Governo sobre a dinamização da produção e transformação da alfarroba no Algarve

Tomado conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

Dois ponto Dois ponto Catorze - Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Proposta para o financiamento às Escolas de Ensino Artístico Especializado de Música e Dança: - Foi apresentado o email datado de doze de junho do corrente ano, enviando cópia de Projeto de Resolução que propõe o financiamento às Escolas do Ensino Artístico Especializado de Música e Dança. -----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Quinze - autoridade para as condições do trabalho - centro local de portimão - Apresentação: - Foi apresentado o email datado de nove de junho do corrente ano, procedendo à apresentação de cumprimentos do Senhor Carlos Manuel Simões da Costa Montemor, ao ser nomeado para exercer o cargo de Diretor do Centro Local de Portimão, serviço desconcentrado da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). -----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Dezasseis - fgp - engenharia civil, limitada - Informa que estão em curso os trabalhos de libertação de areias na Praia de Odeceixe, trabalho contratado pela Polis Litoral Sudoeste: - Foi apresentado o email datado de quatro de junho do corrente ano, da empresa FGP - Engenharia Civil, Lda, responsável pela Fiscalização da obra "Reforço do sistema de escoamento natural das fozes das ribeiras de Aljezur; Carrapateira; Monte Clérigo e Seixe, alimentação das respetivas praias e, mitigação do risco nos acessos ao Pontal da Carrapateira e às praias da Bordeira e de Odeceixe, do Concelho de Aljezur", informando que, atualmente, estão em curso os trabalhos de libertação das areias na praia de Odeceixe, pela entidade Luís Frazão, cujo trabalho foi contratado pela empresa Polis Litoral Sudoeste. -----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Dezassete - Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia: -----

Dois ponto Dois ponto Dezassete ponto Um - Junta de Freguesia de bordeira - Relatório referente ao mês de abril de dois mil e quinze: - Foi apresentado o email datado de oito de junho do corrente ano, enviando o relatório mensal (acordo de execução), referente ao mês de abril do ano em curso, ao abrigo do Acordo de Execução celebrado entre o Município e aquela Freguesia. -----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Dezassete ponto Dois - Junta de Freguesia de Odeceixe - Relatório referente ao mês de abril de dois mil e quinze: - Foi apresentado o email datado de quatro maio do corrente ano, enviando o relatório mensal (acordo de execução), referente ao mês de abril do ano em curso, ao abrigo do Acordo de Execução celebrado entre o Município e aquela Freguesia. -----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto Dois ponto Dezassete ponto Três - Junta de Freguesia de Odeceixe - Relatório referente ao mês de maio de dois mil e quinze: - Foi apresentado o email datado de quatro de junho do corrente ano, enviando o relatório mensal (acordo de execução), referente ao mês de maio do ano em curso, ao abrigo do Acordo de Execução celebrado entre o Município e aquela Freguesia. -----

Tomado conhecimento. -----

Dois ponto três - Contratação Pública -----

Dois ponto Três ponto Um - assunção de compromissos plurianuais - aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis de voz e dados: - A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o presente assunto da Ordem de Trabalhos. -----

Dois ponto Três ponto Dois - Pedido de parecer prévio vinculativo - Prestação de serviços para reparação da viatura MAN, com a matrícula sessenta e seis-setenta e sete-xm: - No âmbito do teor constante na informação número dois mil setecentos e sete, do Serviço de Contratação Pública - Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, datada de dezasseis de junho do corrente ano, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

vinculativo favorável para prestação de serviços de reparação da viatura MAN, com a matrícula sessenta e seis-setenta e sete-XM, pela empresa Hydraplan - Manutenção e Comércio de Veículos, SA, pelo preço de dez mil cento e vinte euros, acrescido de IVA. -----

Dois ponto Três ponto Três - Relação Mensal dos contratos celebrados ao abrigo do Parecer Genérico de contratos de prestação de serviços: - A Câmara tomou conhecimento da informação número dois mil seiscentos e noventa e quatro, datada de quinze de junho do corrente ano, da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, a qual contempla a relação mensal dos contratos celebrados ao abrigo do parecer genérico de contratos de prestação de serviços, respeitante até ao dia doze do mês de junho do corrente ano. -----

Dois ponto Três ponto Quatro - Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais - fornecimento de pneus para as viaturas e máquinas da autarquia: - A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o presente assunto da Ordem de Trabalhos. -----

Dois ponto Quatro - Água e saneamento-----

Dois ponto quatro ponto Um - maria Otília do Carmo Martins - Pedido de retificação da fatura de fornecimento de água número dezassete mil quinhentos e doze barra dois mil e quinze, no valor de trezentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos, para a tarifa média: - A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, efetuado no dia vinte e sete de maio do corrente ano, na aplicação informática MGD, o qual determinou a emissão de nota de crédito no montante total de duzentos e vinte e três euros e cinquenta e dois cêntimos, referente a consumo de água (cento e setenta e oito euros e sete cêntimos), IVA (dez euros e sessenta e oito cêntimos) e resíduos sólidos variável (trinta e quatro euros e setenta e sete cêntimos), de acordo com os cálculos em anexo à citada informação (Anexo um), nos termos do número cinco, do artigo sessenta e quatro e número cinco, do artigo sessenta e seis, da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Aljezur. -----

Dois ponto Cinco - recursos humanos -----

Dois ponto Cinco ponto Um - João Manuel Beles Carreiro - Portaria número duzentos e nove barra dois mil e catorze, de treze de outubro: - Foi apresentado o requerimento datado de cinco de junho do corrente ano, em que João Manuel Beles Carreiro, Diretor do Departamento Técnico de Obras e Urbanismo, vem solicitar a revogação das deliberações tomadas em reunião de Câmara de catorze de abril último e respeitantes ao pedido efetuado de rescisão por mútuo acordo do contrato celebrado com este Município, ao abrigo da Portaria número duzentos e nove barra dois mil e catorze, de treze de outubro, assim como que o assunto seja de novo submetido a apreciação e votação.-----

Considerando que o trabalhador não junta novos elementos ao processo já presente e deliberado pela Câmara Municipal em sua reunião de catorze de abril último;- -----

Que o programa de rescisões por Mútuo de Acordo na Administração Local aprovado pela Portaria número duzentos e nove barra dois mil e catorze, de treze de outubro, não vincula os Órgãos Autárquicos à tomada de decisão favorável para todas as situações enquadráveis na referida Portaria Reguladora; -----

Que o processo de decisão consubstancia uma concordância de ambas as partes, entidade empregadora pública e trabalhador; -----

Que no processo em causa, apenas não foi cumprido os prazos orientadores previstos na Portaria, não resultando disso qualquer direito expresso para o trabalhador ou sanção para a Administração; -----

Que o direito de decisão, a que o trabalhador tem direito, já foi exercido pela Câmara Municipal em sua reunião de catorze de abril último, de não aceitação do pedido de rescisão por mútuo acordo, fundamentado em razões do interesse público municipal. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, comunicar ao trabalhador João Manuel Beles Carreiro, que não apresentando o trabalhador novos elementos, mantém a deliberação de catorze de abril de dois mil e quinze, não aceitando o pedido de rescisão por mútuo acordo,



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

porquanto a sua aceitação causaria grande inconveniente para o serviço, prejudicando o interesse municipal, por o Município dispor de um número insuficiente de Recursos Humanos qualificados, que permitam assegurar a sua missão. -----

Dois ponto Cinco ponto Dois - Alteração ao Regulamento interno de Horário de Trabalho e Controle de Assiduidade do Município de Aljezur: - Foi apresentada a proposta do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:-----

“PROPOSTA-----

Alteração ao regulamento de horário de trabalho e controlo de assiduidade do município do município de Aljezur, aprovado em reunião da câmara municipal de vinte e cinco de novembro de dois mil e catorze -----

Atendendo a que: -----

1) Em janeiro de 2015, entrou em vigor o Regulamento de Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade, aprovado em reunião do executivo realizado a 25 de novembro de 2014. -----

2) Por meu despacho n.º 8/2015, de 30 de março de 2015, o horário de trabalho dos trabalhadores deste município, passou das 40 horas semanais para as 35 horas semanais. ---

3) Ao abrigo do mesmo despacho e atendendo à alteração de horário dos trabalhadores, de acordo com o preceituado no n.º 3 do art.º 5º e no n.º 4 do art.º 6º do referido regulamento, determinei também a alteração do período de funcionamento e atendimento dos serviços municipais; -----

4) Surgiram dúvidas quanto à aplicabilidade de algumas das normas constantes no referido regulamento; -----

5) Em reunião com trabalhadores foram sugeridas algumas alterações ao Regulamento, as quais estão acolhidas na presente proposta de alteração e que foram oportunamente remetidas a todos os trabalhadores, para se pronunciarem. -----

PROPONHO: -----

Um - À Exma. Câmara Municipal a aprovação da seguinte alteração ao Regulamento de Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade do Município de Aljezur: -----

ARTIGO 8º -----

(...)-----

1.(...) -----

2. A modalidade de horário de trabalho, em regra, a adotar pelo Município de Aljezur é a jornada contínua para todos os trabalhadores, podendo, em situações fundamentadas, serem utilizadas outras modalidades de horário, previstas na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas. -----

3.(...) -----

ARTIGO 12º -----

(...)-----

1.(...) -----

2. Em caso de esgotada a tolerância mensal, aplicar-se-á o previsto no artigo 16.º do presente regulamento. Poderá o Presidente da Câmara, verificado a existência de trabalho não remunerado (para além do horário de trabalho), com caráter de regularidade por parte do trabalhador, excluir a aplicação do artigo 16.º e considerar justificada a infração.-----

ARTIGO 14º -----

(...)-----

1. Podem ser justificadas as faltas mencionadas nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 13.º, desde que: -----

a) Justificadas nos termos deste Regulamento e devidamente fundamentadas, até ao dia seguinte ao da infração. Ainda assim, com caráter de exceção, poderão ser justificadas infrações, cuja justificação tenha sido efetuada no mês em que a mesma decorreu, desde que devidamente fundamentado. -----

2.(...) -----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

ARTIGO 16º-----
Efeitos de entrada tardia, saída antecipada ao serviço e falta de marcação de ponto-----
1.(...) -----
2.(...) -----
3.À falta de marcação de ponto, não justificada nos termos do presente Regulamento, no primeiro período de entrada ou na saída do segundo período de trabalho, aplica-se ao trabalhador ½ falta injustificada, referente ao respetivo período, sendo aplicado 1 dia de falta injustificada no caso de ausência de marcação no primeiro período de entrada e na saída do segundo período de trabalho.
4.À falta de marcação de ponto em quaisquer dos períodos de descanso obrigatório, será considerado a contagem de 30 minutos de tempo de não trabalho para efeitos do número 6, se não justificado nos termos do presente Regulamento. -----
5.Anterior nº 3. -----
6.Os tempos em falta do período normal de trabalho são somados, sendo aplicada ao trabalhador ½ ou 1 falta injustificada, quando for atingido o respetivo período de tempo equivalente, sem prejuízo de eventual procedimento disciplinar. Os tempos de falta são aferidos durante o ano civil. -----
Por opção do trabalhador, as faltas injustificadas podem ser substituídas por ½ dia ou 1 dia de falta por conta do período de férias, devendo considerar-se ½ dia de falta quando for atingido 3.15h ou 4.00h, inclusive e o dia de falta quando for atingido 7.30h ou 8.00h, consoante o horário de trabalho em vigor seja de 35 horas ou 40 horas semanais. -----
7.Anterior nº 5. -----
8.Anterior nº 6. -----
Abaixo se republica a versão atualizada do Regulamento de Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade, com as alterações introduzidas pelos despachos do Presidente da Câmara n.ºs 5 e 8, de 10 de fevereiro e 30 de março de 2015, respetivamente, bem como as ora propostas. -----
Regulamento Interno de Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade do Município de Aljezur -----
Com a entrada em vigor a 1 de agosto de 2014, da Lei Geral do Trabalho em funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foram revogados vários diplomas, nomeadamente a Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, o Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto e a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro. As alterações registadas no novo diploma têm como objetivo confirmar os respetivos regimes ao período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas fixado no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, a oito horas por dia e quarenta horas semanais. -----
Nessa conformidade a presente alteração visa adequar o regime de horário de trabalho do Município de Aljezur à nova realidade legislativa ora em vigor. -----
Vinha o Município de Aljezur a praticar diversos tipos de horário, dependendo das especificidades de cada serviço, contudo desde janeiro de 2014 que se pratica a jornada continua em todos os serviços, por considerar que é esta a modalidade de horário de trabalho que mais se adapta às necessidades do serviço e o que mais vai ao encontro das expetativas dos trabalhadores. -----
Assim, nos termos do disposto nos artigos 112º, n.º8 e 241º da Constituição da República Portuguesa e do artº 75º da Lei Geral do Trabalho em Funções Pública, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho e artº 212º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, procede-se à adaptação do Regulamento Interno de Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade do Município de Aljezur de forma a conformar o mesmo relativamente ao período normal de trabalho ora alterado pela referida Lei. -----
ARTIGO 1º -----
Objeto e âmbito de aplicação-----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

1. O presente Regulamento define as regras aplicáveis à duração e organização do tempo de trabalho do Município de Aljezur e aplica-se aos trabalhadores do Município de Aljezur, conjugado com as disposições constantes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designado por LGTFP, aprovado pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho.-----

2.Os trabalhadores titulares de cargos dirigentes ou equiparados gozam de isenção de horário de trabalho, não estando dispensados do dever geral de assiduidade, nem do cumprimento da duração semanal de trabalho legalmente estabelecida. -----

3.Podem ser concedidas outras isenções de horário nos termos previstos nos artºs 117º e 118º da LGTFP. -----

ARTIGO 2º -----

Sistema de controlo de assiduidade -----

O sistema de controlo de assiduidade dos trabalhadores do município será efetuado, tendencialmente, por sistema de controlo biométrico, ou em situações de impossibilidade técnica ou que exijam custos elevados, por registo em livro de ponto ou outro que venha a ser adotado, compatível com as disposições legais em vigor e determinado pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

ARTIGO 3º -----

Sistema de controlo biométrico-----

1.O registo será efetuado através da aposição do dedo do trabalhador no terminal de leitura de dados biométricos, que fará a comparação entre a impressão digital daquele e o “template” gravado ou memorizado no sistema central. -----

2.O terminal de leitura regista a hora de entrada e de saída e o número do trabalhador e envia os dados de rede TPC/IP para o servidor. -----

3.Os dados biométricos são conservados durante o período necessário para a prossecução das finalidades a que se destinam e serão destruídos em situação de saída do trabalhador da organização, por extinção da relação jurídica de emprego com a entidade. -----

ARTIGO 4º -----

Sistema de registo em livro de ponto -----

1.Os trabalhadores cujo controlo de assiduidade e pontualidade seja efetuado através de livro de ponto, deverão assinar o mesmo diariamente, sendo obrigatório, pelo menos quatro registos, por cada trabalhador, correspondentes à entrada e saída dos períodos da manhã e da tarde. -----

2.O livro de ponto ficará disponível em local apropriado, para assinatura, nos períodos de entrada e saída, devendo o livro ficar disponível para as respetivas assinaturas, durante quinze minutos nos períodos de entrada, após a respetiva hora de entrada, findo o qual já não poderá ser assinado. -----

3.Nos casos em que a entrada do trabalhador se verifique após a retirada do livro de ponto, deverá o mesmo comunicar de imediato, tal facto, ao seu superior hierárquico. -----

ARTIGO 5º -----

Período de funcionamento-----

1.O período de funcionamento é o intervalo de tempo diário durante o qual os serviços exercem a sua atividade. -----

2.O período de funcionamento dos diversos serviços do Município decorre como a seguir se indica: -----

a)Edifício dos Paços do Município e Edifício da Ex-Escola C+S de Aljezur -----

Segunda a Sexta - feira: 9:00h às 15:30h-----

Dias de encerramento - Sábado e Domingo -----

b)Complexo Desportivo Municipal: -----

Segunda a Sexta-feira: 9:00h às 20:30h. -----

Dia de encerramento - Domingo e Sábado -----

c)Mercados Municipais:-----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

- Segunda - feira a Sábado: 08:00h-16:00h -----
Dia de encerramento semanal: Domingo-----
d)Armazém Municipal (gestão de stocks), sito na Igreja Nova-----
Segunda a Sexta-feira: 08.00h-14.30h-----
Dias de encerramento semanal: Sábado e Domingo -----
e)Armazém Municipal sito na Igreja Nova -----
Segunda a Sexta-feira: 08.00h-14:30h-----
Dias de encerramento semanal: Sábado e Domingo -----
f)Espaço Multiusos de Aljezur/Pavilhão de Feiras e Mercados-----
Terça - feira a Sábado: 08:00h-14:30h -----
Dias de encerramento semanal: Domingo e Segunda-----
g)Cantinas -----
Aljezur/Rogil -----
Segunda a Sexta - feira: 08:30h-15:00h -----
Dias de encerramento - Sábado e Domingo -----
Odeceixe -----
Segunda a Sexta - feira: 09:00h-15:30h -----
Dias de encerramento - Sábado e Domingo -----
h)Espaço+-----
Terça-feira a Sábado: 10:00h-16:30h -----
Dias de encerramento semanal: Domingo e Segunda-feira -----
Museu do Mar e da Terra - Carrapateira-----
Terça-feira a Sábado: 10:00h-16:30h -----
Dias de encerramento semanal: Domingo e Segunda-feira -----
3.Por imperativo legal ou em razão da natureza dos serviços, o Presidente da Câmara pode determinar horários diferentes dos constantes do nº 2 do presente artigo. -----
ARTIGO 6º -----
Período de atendimento -----
1.O período de atendimento é o intervalo de tempo diário durante o qual os serviços se encontram abertos ao público, podendo este período ser igual ou inferior ao período de funcionamento.-----
2.O período de atendimento deve ser obrigatoriamente afixado, de modo visível ao público, nos locais de atendimento e página eletrónica do Município, com as horas de início e termo.
3.É fixado os seguintes horários de atendimento ao público para os serviços que funcionam nos locais abaixo indicados: -----
a)Edifício dos Paços do Município e Edifício da Ex-escola C+S de Aljezur -----
Segunda a Sexta - feira: 9:00h às 15:15h-----
Dias de encerramento semanal: Sábado e Domingo-----
b)Armazém Municipal (gestão de stocks), sito na Igreja Nova-----
Segunda a Sexta-feira: 08.00h-14:30h-----
Dias de encerramento semanal: Sábado e Domingo -----
c)Armazém Municipal sita na Igreja Nova -----
Segunda a Sexta-feira: 08.00h-14:30h-----
Dias de encerramento semanal: Sábado e Domingo -----
d)Complexo Desportivo Municipal -----
Segunda a Sexta-feira - 9:00h-20:00h -----
Dia de encerramento semanal: Sábado e Domingo -----
e)Espaço +-----
Terça-feira a Sábado: 10:00h-16:30, com interrupção das 13:00h às 13:30h-----
Dia de encerramento semanal: Domingo e Segunda-feira -----
f)Museu do Mar e da Terra - Carrapateira -----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

- Terça-feira a Sábado: 10:00h-16:30h, com interrupção das 13:00h às 13:30h -----
Dia de encerramento semanal: Domingo e Segunda-feira -----
g) Espaço Multiusos de Aljezur/Pavilhão de Feiras e Mercados -----
Terça-feira a Sábado: 08:00h-14:30h -----
Dia de encerramento semanal: Domingo e Segunda-feira -----
h) Mercados Municipais -----
Segunda-feira a Sábado: 08:00h-14:00h -----
Dia de encerramento semanal: Domingo -----
i) Cantinas -----
Segunda a Sexta-feira: 12:00h-13:30h -----
Dias de encerramento semanal: Sábado e Domingo -----
4. Por imperativo legal ou em razão da natureza dos serviços, o Presidente da Câmara pode determinar horários diferentes dos constantes do nº 3 do presente artigo. -----
ARTIGO 7º -----
Semana de trabalho e descanso semanal -----
1. A semana de trabalho é, em regra, de 5 dias. -----
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os trabalhadores têm direito a um dia de descanso semanal, acrescido de um dia de descanso complementar que, em regra, devem coincidir com o domingo e o sábado, respetivamente. -----
3. Os dias de descanso semanal podem deixar de coincidir com o domingo e o sábado, nas situações expressamente previstas no artigo 124º, da LGTFP. -----
ARTIGO 8º -----
Modalidade de horários -----
1. Entende-se por horário de trabalho, a determinação das horas do início e do termo do período normal de trabalho diário ou dos respetivos limites, bem como dos intervalos de descanso. -----
2. A modalidade de horário de trabalho, em regra, a adotar pelo Município de Aljezur é a jornada contínua para todos os trabalhadores, podendo, em situações fundamentadas, serem utilizadas outras modalidades de horário, previstas na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas. -----
3. A fixação dos horários de trabalho dos trabalhadores do Município de Aljezur são da competência do Presidente da Câmara cumpridos os formalismos legais para o efeito. -----
ARTIGO 9º -----
Jornada contínua -----
1. A jornada contínua caracteriza-se pela prestação ininterrupta de trabalho, ocupando predominantemente um dos períodos do dia, com uma redução do período normal de trabalho em 30 minutos e um período de descanso de 30 minutos. -----
2. Os trabalhadores não deverão ter um período de trabalho consecutivo superior a 5 horas. -----
ARTIGO 10º -----
Assiduidade -----
1. A verificação dos tempos de serviço é efetuada pela Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, com base nos registos do sistema de controlo de assiduidade e nas informações e justificações apresentadas. -----
2. O período de aferição da assiduidade é o mês, devendo as ausências ao serviço serem justificadas nos termos da Lei e do presente Regulamento. -----
3. É obrigatório a marcação de, pelo menos, quatro registos por dia, por cada trabalhador, correspondentes à entrada e saída dos dois períodos de trabalho. Para os trabalhadores que utilizem o sistema de controlo biométrico é igualmente obrigatório o registo sempre que se verifique a saída e/ou entrada do trabalhador do local de trabalho, exceto em caso de serviço externo. -----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

4. Por questão de eficiência e eficácia, o Presidente da Câmara, pode dispensar os trabalhadores com a carreira de assistente operacional de efetuarem os registos referentes à saída e entrada no período de descanso, por desenvolverem a sua atividade, por norma, afastados do local onde se efetua o controlo do registo de assiduidade. -----

5. O dirigente respetivo pode autorizar a ausência temporária dos trabalhadores do local de trabalho, desde que o funcionamento normal do serviço seja assegurado. -----

6. As ausências motivadas por dispensa e ausência temporária, devidamente autorizadas pelo respetivo dirigente e tolerância de ponto, são consideradas como serviço efetivo para todos os efeitos legais. -----

7. Os trabalhadores são responsáveis pelo controlo da sua assiduidade e pontualidade, podendo aceder aos respetivos registos visualizando-os no seu sistema informático ou junto do serviço competente da Divisão Administrativa e de Recursos humanos. -----

ARTIGO 11º -----

Pontualidade -----

1. As horas de entrada e saída são registadas, em sistema de gestão de assiduidade com leitor biométrico ou em livro de ponto, nos casos aplicáveis. -----

2. Compete ao pessoal dirigente, coordenador e/ou encarregado, a verificação do registo de assiduidade/pontualidade dos trabalhadores sob a sua dependência hierárquica, ficando responsabilizados pelo cumprimento das presentes normas e procedimentos. -----

ARTIGO 12º -----

Tolerância -----

1. Será concedida uma tolerância mensal de 90 minutos, considerando-se no entanto a mesma como uma situação de exceção, podendo ser retirada a qualquer momento, em caso de incumprimento continuado, pelo Presidente da Câmara e que poderá ser utilizada como a seguir se indica: -----

a) Diariamente, até ao limite de 15 minutos em cada período de entrada. -----

2. Em caso de esgotada a tolerância mensal, aplicar-se-á o previsto no artigo 16.º do presente regulamento. Poderá o presidente da Câmara, verificado a existência de trabalho não remunerado (para além do horário de trabalho), com caráter de regularidade por parte do trabalhador, excluir a aplicação do artigo 16.º e considerar justificada a infração. -----

ARTIGO 13º -----

Faltas injustificadas -----

1. Considera-se falta injustificada as seguintes situações, nos termos do art.º 256º do Código do Trabalho: -----

a) O registo por terceiro, nos períodos de entrada e saída, no sistema de controlo de assiduidade; -----

b) Entrada em qualquer dos períodos de trabalho correspondentes, diariamente, para lá dos 15 minutos de tolerância permitida, aplicando-se o previsto no artº 16º, nº 1; -----

c) Falta de marcação de ponto; -----

d) Abandono do local de trabalho sem a devida autorização do dirigente; -----

2. Sempre que houver lugar a marcação de falta, os tempos de atraso não contam para efeitos da tolerância mensal. -----

ARTIGO 14º -----

Justificação das faltas -----

1. Podem ser justificadas as faltas mencionadas nas alíneas b), c) e d) do nº 1 do artigo 13º, desde que: -----

a) Justificadas nos termos deste Regulamento e devidamente fundamentadas, até ao dia seguinte ao da infração. Ainda assim, com caráter de exceção, poderão ser justificadas infrações, cuja justificação tenha sido efetuada no mês em que a mesma decorreu, desde que devidamente fundamentado. -----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

2.A ausência de registo no sistema de assiduidade, por trabalho externo, deverá ser justificada pelo trabalhador no sistema de gestão de assiduidade ou outro e validado pelo dirigente respetivo, até ao dia imediato à da ocorrência do facto. A falta de justificação implica a marcação de uma falta injustificada. -----

ARTIGO 15º -----

Efeito da justificação de faltas -----

Sempre que se verifique o incumprimento referido no nº 1, al. c), artº 13º e caso o mesmo seja justificado, é considerado como o trabalhador tenha entrado no limite dos 15 minutos permitidos em cada período de entrada, contando esse tempo para efeitos da tolerância mensal, devendo o respetivo dirigente proceder à alteração da hora do pedido de picagem efetuado pelo trabalhador para o limite dos 15 minutos, salvo decisão diferente. -----

ARTIGO 16º -----

Efeitos de entrada tardia, saída antecipada ao serviço e falta de marcação de ponto-----

1.Quando o trabalhador entrar em cada período de trabalho após os 15 minutos de tolerância previstos, se não for justificado, os tempos de atraso, a contar da hora estipulada para a entrada, são adicionados para determinação do período normal de trabalho diário em falta. -----

2.Quando se verificar a saída antecipada do trabalhador, ao tempo em falta, se não for justificado, é aplicado o preceituado no nº 1 do presente artigo.-----

3.À falta de marcação de ponto, não justificada nos termos do presente Regulamento, no primeiro período de entrada ou na saída do segundo período de trabalho, aplica-se ao trabalhador ½ falta injustificada, referente ao respetivo período, sendo aplicado 1 dia de falta injustificada no caso de ausência de marcação no primeiro período de entrada e na saída do segundo período de trabalho.

4.À falta de marcação de ponto em quaisquer dos períodos de descanso obrigatório, será considerado a contagem de 30 minutos de tempo de não trabalho para efeitos do número 6, se não justificado nos termos do presente Regulamento. -----

5.No caso de esgotamento da tolerância prevista no artº 12º, o trabalhador perde o direito à tolerância do respetivo mês, contando todo o tempo entrado após a hora determinada para a entrada ao serviço, como ausência ao trabalho, aplicando-se o previsto no nº 1. (Anterior nº 3)-----

6.Os tempos em falta do período normal de trabalho são somados, sendo aplicada ao trabalhador ½ ou 1 falta injustificada, quando for atingido o respetivo período de tempo equivalente, sem prejuízo de eventual procedimento disciplinar. Os tempos de falta são aferidos durante o ano civil. -----

Por opção do trabalhador, as faltas injustificadas podem ser substituídas por ½ dia ou 1 dia de falta por conta do período de férias, devendo considerar-se ½ dia de falta quando for atingido 3.15h ou 4.00h, inclusive e o dia de falta quando for atingido 7.30h ou 8.00h, consoante o horário de trabalho em vigor seja de 35 horas ou 40 horas semanais. -----

7.O tempo apurado de ausência ao trabalho sem justificação no final de cada ano civil e que seja inferior a um período de ausência de ½ dia, será o respetivo tempo descontado para efeitos remuneratórios, no mês de janeiro do ano seguinte.-----

8.Não havendo decisão contrária, é de aplicação automática o estatuído no nº 4 do presente artigo.-----

ARTIGO 17º -----

Reclamação -----

Os trabalhadores poderão reclamar, num prazo de dez dias seguidos, de qualquer aplicação do presente regulamento que considerem lesiva dos seus interesses, por escrito, a contar do dia em que o trabalhador dela tiver conhecimento.-----

ARTIGO 18º -----

Trabalho extraordinário-----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

1. Para realização de trabalho extraordinário, o mesmo tem de previamente, ser autorizado pelo dirigente respetivo. -----

2. Todo o trabalho realizado fora dos limites dos períodos normais de trabalho, não sendo reconhecido e autorizado previamente pelo respetivo dirigente, é considerado como trabalho voluntário. -----

Disposições finais -----

ARTIGO 19º -----

Avaria do sistema de controlo biométrico -----

Em caso de avaria técnica do sistema, a marcação de ponto será feita em suporte alternativo provisório, idêntico ao do Livro de ponto, podendo, para efeito de eficiência dos serviços os dados serem transcritos para o sistema, logo que possível. -----

ARTIGO 20º -----

Dos pedidos -----

1. Todos os pedidos efetuados a coberto do presente Regulamento ou relacionados com assiduidade (férias, faltas, ausências temporárias ou de serviço externo, entre outras), deverão ser efetuados por via eletrónica, através do sistema de gestão de assiduidade ou outro que venha a ser superiormente determinado, dispensando-se a utilização do papel, exceto o disposto no número seguinte. -----

2. Nos casos em que os trabalhadores não tenham acesso ao sistema biométrico e exerçam atividades fora da sede do Município continuam a utilizar o modelo de requerimento em papel para pedidos/justificações de férias e faltas, competindo à Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, através dos trabalhadores adstritos ao serviço de Gestão de Recursos Humanos, submeter os mesmos a decisão dos respetivos dirigentes na aplicação informática. -----

3. Os pedidos são efetuados diretamente para o dirigente com competência para decidir, que o deverá fazer em tempo oportuno. -----

4. Compete à Divisão Administrativa e de Recursos Humanos acompanhar, gerir e controlar o cumprimento das normas estipuladas pelo Regulamento, assim como o demais, referente à assiduidade dos trabalhadores do Município. -----

ARTIGO 21º -----

Dever de informar da divisão administrativa e de recursos humanos -----

1. Nos primeiros sete dias úteis de cada mês deve ser elaborada informação de todas as infrações cometidas pelos trabalhadores referente ao mês anterior, a qual deverá ser remetida ao Presidente da Câmara ou ao Vereador com competência delegada na Gestão dos Recursos Humanos. -----

2. A Divisão Administrativa e de Recursos Humanos deve informar, todos os trabalhadores a quem lhe for aplicada falta injustificada, assim como dar conhecimento ao respetivo dirigente. -----

ARTIGO 22º -----

Infrações -----

1. O uso fraudulento do sistema de controlo de assiduidade e pontualidade, bem com o desrespeito pelo cumprimento do presente regulamento, constitui infração disciplinar em relação ao seu autor e ao eventual beneficiário. -----

2. Ausência de decisão de forma reiterada por parte do dirigente e a que está obrigado por força da aplicação do presente regulamento, é considerada violação do dever de zelo. -----

ARTIGO 23º -----

Do arquivo -----

Compete aos serviços responsáveis pela informática, providenciar no sentido de garantir o arquivo eletrónico, nos termos da Lei, dos registos do sistema de assiduidade. -----

ARTIGO 24º -----

Normas supletivas -----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

Em tudo o que não esteja expressamente previsto no presente Regulamento aplicam-se as disposições constantes na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho e Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, bem como os instrumentos de regulamentação coletiva aplicáveis. -----

ARTIGO 25º-----

Disposições finais-----

As dúvidas resultantes da aplicação do presente Regulamento são resolvidas por despacho do Presidente de Câmara. -----

ARTIGO 26º-----

Norma revogatória -----

O presente Regulamento revoga todas as disposições anteriores sobre a matéria, exceto situações autorizadas para casos específicos e para vigorarem durante um período limitado.

ARTIGO 27º-----

Entrada em vigor -----

O presente Regulamento entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2015.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade a aprovar a proposta de alteração ao Regulamento Interno de Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade do Município de Aljezur, a qual produz efeitos a 1 de julho de 2015.-----

Dois ponto Cinco ponto três - junta de freguesia de Odeceixe - pedido de cedência de trabalhadores para assegurarem o comboio turístico: - Foi apresentado o ofício número sete, datado de seis de maio do corrente ano, solicitando a disponibilização de recursos humanos para assegurarem o funcionamento do Comboio Turístico, propriedade daquela Junta de Freguesia, no período de um de julho a catorze de setembro, diariamente entre as nove horas e as vinte horas. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, disponibilizar os recursos humanos (motoristas) solicitados pela Junta de Freguesia de Odeceixe, para fazer circular o Comboio Turístico, ficando a cargo do Município as despesas com os referidos trabalhadores, incluindo o trabalho suplementar a realizar em dias feriados e fins de semana.-----

Tal facto, justifica-se pela importância que o Comboio Turístico desempenha no transporte de veraneantes para a Praia de Odeceixe, evitando carga automóvel e facilitando a locomoção de quem procura aquela praia. -----

Radica, também, na falta de recursos humanos qualificados para o efeito, por parte daquela autarquia. -----

III - Ordenamento do Território, Obras Municipais e Obras Particulares

Um - Obras Particulares-----

Um ponto Um - Sílvio Paulo dos Santos Cruz da Conceição - pedido de informação prévia para construção de hotel em praia da arrifana: - Foi apresentado o requerimento em que Sílvio Paulo dos Santos Cruz da Conceição, na qualidade de proprietário de dois prédios urbanos, sítios em Praia da Arrifana, da freguesia e Município de Aljezur, inscritos na matriz predial urbana sob os artigos dois mil seiscentos e quarenta e quatro e oito mil e quarenta e quatro, descritos na Conservatória do Registo Predial de Aljezur sob o número sete mil trezentos e sessenta e seis e sete mil trezentos e sessenta e cinco, respetivamente, vem solicitar informação prévia quanto à possibilidade de levar a efeito a execução de um edifício destinado à instalação de um Hotel de quatro estrelas, no local acima identificado.

A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder parecer favorável, condicionado ao cumprimento do teor da constante na informação número noventa e oito/FR barra dois mil e quinze, datada de oito de junho, do Departamento Técnico de Obras e Urbanismo, designadamente quanto ao cumprimento do exposto na alínea c), do ponto oito, respeitante à criação de seis lugares de estacionamento. -----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

Um ponto Dois - César Manuel Vieira - pedido de informação prévia - legalização de habitação em arrifana: - No seguimento da deliberação de sete de outubro de dois mil e catorze, foi novamente apresentado o requerimento em que César Manuel Vieira, na qualidade de proprietário, vem solicitar informação prévia sobre a possibilidade de proceder à legalização de uma habitação, sita em Arrifana, freguesia e Município de Aljezur.-----

Face ao teor constante nas informações número vinte e três/FR barra dois mil e catorze, datada de vinte e três de janeiro, número cento e noventa e cinco/FR barra dois mil e catorze, datada de vinte e nove de setembro e informação/saneamento número oitenta e sete/SB barra dois mil e quinze, datada de um de junho, todas do Departamento Técnico de Obras e Urbanismo, bem como ao parecer desfavorável do ICNF, constante no ofício número trinta e nove mil e trinta e nove barra dois mil e treze/DCNF-ALG/DLAP, a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente.-----

Dois - trânsito-----

Dois ponto Um - Sinalética e alteração de trânsito - Freguesia de Odeceixe: - Pelo Senhor Vereador António Carvalho foi apresentada a proposta que a seguir se transcreve: -----

PROPOSTA-----

Estacionamento Praia de Odeceixe e acesso ao Largo “1º Maio” - Odeceixe -----

Com a chegada de mais uma época balnear torna-se imperativo mais uma vez regar a circulação e estacionamento nas vias de acesso às Praias que apresentam maiores constrangimentos, assim e à imagem de anos anteriores propõem-se regar o estacionamento e circulação na Praia de Odeceixe.-----

Considerando a elevada procura desta praia, que no período do verão recebe centenas de pessoas;-----

Considerando a extrema necessidade de garantir as acessibilidades a eventuais serviços de emergência;-----

Neste sentido e à imagem de anos anteriores de forma a garantir um escoamento do trânsito naquela via de circulação e as condições necessárias para eventuais ações de emergência, proponho que a Câmara Municipal delibere:-----

No período compreendido entre dia um de julho e quinze de setembro, na Praia de Odeceixe na zona baixa do núcleo urbano da Praia de Odeceixe.-----

Que seja condicionado o estacionamento automóvel, criando a possibilidade de acesso aos seguintes casos: -----

UM - Proprietários e/ou residentes permanentes; -----

DOIS - Serviço do restaurante; -----

TRÊS - Viaturas municipais e de emergência, forças policiais e de fiscalização; -----

QUATRO - Responsáveis pela vigilância e segurança nas praias; (no caso deverá apresentar comprovativo da sua condição) -----

CINCO - Cargas e descargas de pessoas e mercadorias bem como vendedores de artigos relacionados com as atividades desenvolvidas no arruamento quando devidamente identificados. -----

Os títulos de estacionamento serão atribuídos pelo Município de Aljezur, um cartão de livre-trânsito por cada fração habitacional que deverá ser comprovada por documentação própria (caderneta predial ou licença de utilização).-----

Os cartões serão numerados e deverá constar no mesmo o número do artigo referente à habitação, identificação do local autorizado, data de validade, ano a que se refere a validade, logótipo do Município de Aljezur e assinatura do Presidente da Câmara ou do Vereador com competência subdelegada. Assim será concedido um cartão a serem solicitados pelos proprietários dos edifícios que deverão estar devidamente providos de licença de utilização ou caderneta predial.-----

A utilização dos cartões de livre-trânsito destina-se a permitir o acesso ao arruamento e o estacionamento nos locais devidamente autorizados.-----



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

No caso específico dos nadadores salvadores das praias de Odeceixe e Adegas serão atribuídos respetivamente dois e um cartão para possibilitar o estacionamento das viaturas. Proponho ainda que no período de um de julho a quinze de setembro seja condicionado o trânsito nas artérias de acesso ao Largo "1º de Maio, em Odeceixe, entre as vinte horas e as oito horas. -----

Deverá ser comunicado ao Comando da GNR de Odeceixe o teor desta deliberação, bem como uma listagem dos cartões atribuídos com o número dos mesmos e a referência à habitação a que se referem e a quem for concedido o cartão de livre-trânsito. -----

Sempre que necessário deverá ser ainda atualizada esta listagem." -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

IV - Desenvolvimento Económico, Habitação, Edifícios Municipais, Saúde, Ação Social, Cultura, Desporto e Tempos Livres

Um - Mercados Municipais -----

Um ponto Um - Hasta pública para atribuição de uma banca para frutas e legumes, no Mercado Municipal de Aljezur - Proposta: -

Pelo Senhor Vereador António Carvalho foi apresentada a proposta que a seguir se transcreve: -----

PROPOSTA -----

Hasta pública para concessão de uma banca de frutas e legumes no mercado municipal de Aljezur -----

Nos termos e nas condições previstas no Regulamento de Mercados Municipais, proponho a realização de Hasta Pública de uma banca para venda de frutas e legumes, com a área de três metros quadrados (três metros por um metros), conforme assinalada na planta anexa, nas condições a seguir discriminadas: -----

- A hasta pública decorrerá no dia vinte e sete de julho de dois mil e quinze, pelas onze horas; -----

- A base de licitação é fixada em quinhentos euros, não podendo os lances ser inferiores a vinte e cinco euros; -----

- Local - Mercado Municipal de Aljezur; -----

Ocupação do espaço: O espaço deve ser ocupado no prazo máximo de noventa dias seguidos, após a homologação da respetiva ata da hasta pública. -----

Findo o prazo estipulado, caso não se verifique a ocupação do referido espaço, considera-se nula a arrematação do espaço não ocupado, sendo perdida a favor da Câmara Municipal a importância já paga. -----

Condições de pagamento: A importância arrematada em hasta pública será paga na Tesouraria da Câmara Municipal, nas seguintes condições: -----

- Cinquenta por cento, no prazo de quarenta e oito horas após a arrematação; -----

- Restantes cinquenta por cento, até quinze dias após a homologação da respetiva ata; -----

- A falta de pagamento nos prazos previstos, implica a nulidade da arrematação; -----

O pagamento da taxa pela ocupação dos espaços iniciar-se-á, com a comunicação da ocupação efetiva do respetivo espaço. -----

Comissão: De acordo com o número um, do artigo sexto, do Regulamento de Mercados Municipais "A praça realizar-se-á perante uma comissão, da qual fará sempre parte o Vereador dos Mercados e Feiras..." Assim proponho que a comissão seja constituída por mim próprio, pelos trabalhadores Paulo Jorge Oliveira Fragoso e Célia Maria Silva Domingues. ---

Em tudo o mais, o concurso e a utilização da Banca rege-se pelo Regulamento de Mercados Municipais, o qual pode ser consultado na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia. ----

Mais proponho que seja revogada a deliberação sobre a abertura de procedimento de arrematação por Hasta Pública da Banca número um no Mercado Municipal de Aljezur,



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

tomada em reunião de Câmara de vinte e seis de maio do corrente ano, porquanto a mesma não menciona a área da banca."-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

Dois - Habitação-----

Dois ponto Um - concurso para atribuição de três lotes - Loteamento Malhadais I - Odeceixe:

- Concurso atribuição dos lotes quarenta e quatro, quarenta e cinco e quarenta e seis - Loteamento Malhadais I Odeceixe - Divorciados, Solteiros e Viúvos:-----

Na sequência da reunião realizada em doze de maio do corrente ano, tendo a Câmara colocado a concurso a atribuição dos lotes quarenta e quatro, quarenta e cinco e quarenta e seis, do Loteamento Malhadais I - Odeceixe, para todos os interessados inscritos, ou não, na Bolsa de Candidatos e reunissem os requisitos estabelecidos aquando da abertura de concurso e previsto na alínea c), do artigo terceiro conjugado com o número um e alíneas c) e d), do número dois, do artigo sete, do Regulamento para venda de lotes para construção de habitação, em Loteamentos Municipais, (estar inscrito na Bolsa de Candidatos, não casados, divorciados, solteiros e viúvos, residentes e recenseados no Concelho de Aljezur e que não possuam habitação própria ou terreno apto para construção de habitação), foi presente o respetivo processo.-----

De acordo com a informação número dois mil oitocentos e dezanove, datada de vinte e dois de junho do corrente ano, do Serviço Notariado, Oficial Público - Apoio Reuniões, verificou-se que, de todos os concorrentes notificados e inscritos anteriormente na Bolsa de Candidatos, não houve interessados em participar no referido concurso. -----

Verificou-se, igualmente, a inscrição na Bolsa de Candidatos, do concorrente Noé Amador Portugal, residente na Rua Zeca Afonso, Urbanização dos Malhadais, Lote trinta e um, Odeceixe, com os requisitos estabelecidos aquando da abertura do referido concurso e dentro do prazo estipulado. -----

Constatando-se apenas haver um candidato ao concurso, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir o lote quarenta e quatro, ao candidato Noé Amador Portugal, residente na Rua Zeca Afonso, Urbanização dos Malhadais - Lote trinta e um, em Odeceixe, de forma a uniformizar a construção no referido Loteamento. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade, informar o candidato que deverá no prazo de quarenta e oito horas, após a receção da notificação da atribuição do lote, depositar, a título de caução, na tesouraria municipal a importância de duzentos e quarenta e nove euros e quarenta cêntimos e no prazo de trinta dias seguidos efetuar o respetivo contrato promessa de compra e venda, para efeitos previstos nas alíneas a) e b), do Regulamento para Venda de Lotes para Construção de Habitação em Loteamentos Municipais.-----

No demais, aplicar-se-á o previsto no Regulamento acima referido.-----

Saída da Senhora Vereadora Fátima Neto: - A Senhora Vereadora Fátima Neto ausentou-se da sala, não participando na discussão do seguinte assunto.-----

Três - Educação-----

três ponto Um - Tiago Alexandre Ferreira Veríssimo - curso de teologia - pedido de apoio para prosseguimento dos estudos: - No seguimento da deliberação tomada em reunião do passado dia vinte e seis de maio, foi apresentada a exposição de Tiago Alexandre Ferreira Veríssimo, datada de três de junho do corrente ano, relativa ao seu pedido de reabertura do processo de candidatura a bolsa de estudo. -----

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Hélder Cabrita, a atribuição de uma bolsa de estudo para o ano letivo de dois mil e catorze/dois mil e quinze, correspondente a quarenta por cento da retribuição mensal mínima garantida, por um período de dez meses. -----

três ponto Dois - bolsas de estudo - ensino superior dois mil e catorze/dois mil e quinze -
Apreciação: - Face ao teor constante na informação número dois mil setecentos e setenta e seis, datada de dezoito de junho do corrente ano, da Divisão de Desenvolvimento Económico



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

e Planeamento, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o descondicionamento do pagamento das bolsas de estudo, aos candidatos Agnes Gorsun, Catarina Jesus, Diogo Candeias, Diogo Nunes, Miguel Almeida, Nicole Lourenço, Roberta Vittiglio e Vanessa Vittiglio, os quais deram continuidade aos seus estudos, até ao segundo semestre do ano letivo de dois mil e catorze/dois mil e quinze, aceitando a acumulação de bolsas por parte dos candidatos, referidos na informação. Ao candidato Dinis Oliveira, por o mesmo ter comunicado a sua desistência, não lhe será atribuída qualquer bolsa. -----

ENTRADA da Senhora Vereadora Fátima Neto: - A Senhora Vereadora Fátima Neto regressou à sala, passando de imediato a fazer parte dos trabalhos da reunião.-----

Quatro - Ação Social -----

Quatro ponto Um - Medida Cinco das Ações Suplementares no âmbito da Ação Social - Conferência de Nossa Senhora d'Alva - Proposta: - Pela Senhora Vereadora Fátima Neto foi apresentada a Proposta que a seguir se transcreve:-----

"PROPOSTA-----

Protocolo de colaboração com a Conferência de Nossa senhora D'Alva no âmbito do apoio às famílias social e economicamente desfavorecidas e Medida Cinco das Ações Suplementar no âmbito da Ação Social -----

- Considerando o valor mensal aprovado para a prestação de apoios sociais às pessoas e famílias carenciadas; -----

- Considerando que a atribuição do subsídio implica a apresentação de um relatório mensal dos apoios prestados;-----

Proponho: -----

Um - Que seja aprovado o relatório dos apoios prestados pela Conferência de Nossa senhora D'Alva, relativo ao mês de maio de dois mil e quinze, em anexo; -----

Dois - Que seja aprovada a transferência da verba de setecentos e noventa e nove euros e trinta e seis cêntimos, relativa ao mês em causa, de acordo com o definido em protocolo."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

Quatro ponto Dois - regulamento de apoio à recuperação de habitações de MUNÍCIPIES carenciados - abertura de PERÍODO de candidaturas - segundo semestre - proposta: - Pela Senhora Vereadora Fátima Neto foi apresentada a Proposta que a seguir se transcreve: -----

"PROPOSTA-----

Regulamento de apoio à recuperação de habitações de munícipes carenciados - abertura de período de candidatura -----

No âmbito do regulamento em apreço proponho a abertura, a partir do dia vinte e nove de junho do ano em curso, pelo prazo de trinta dias seguidos, do período de candidatura relativo ao segundo semestre de dois mil e quinze."-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Proposta.-----

Cinco - Desenvolvimento económico -----

Cinco ponto Um - novo PERÍODO de candidatura à autorização de funcionamento do GIP - gabinete de inserção profissional: - A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a candidatura à autorização de funcionamento do GIP - Gabinete de Inserção Profissional. ----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO: - Não se verificou qualquer intervenção por parte do público presente. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: - De acordo com o disposto no número três, do Artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, e depois de lida em voz alta na presença de todos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta. -----

Votação: - Todas as votações foram tomadas nominalmente. -----

ENCERRAMENTO DA Reunião: - E, não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, eram doze horas e quinze minutos, mandando que, de



MUNICÍPIO DE ALJEZUR
CÂMARA MUNICIPAL

tudo para constar, se lavrasse a presente Ata que eu, José da Silva Gregório, Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, a redigi e subscrevo. -----

Paços do Concelho de Aljezur, aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e quinze.

O Presidente da Câmara,

José Manuel Velhinho Amarelinho